



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

09 de Setembro 2014



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Moacir Pereira

**Data:** 09/09/2014

**Assunto:** Olimpíada do Conhecimento

**Página:** 12

## DIÁRIO CATARINENSE

### CONQUISTAS DO CONHECIMENTO

Obtendo o terceiro melhor resultado do Brasil, a delegação catarinense que participou da Olimpíada do Conhecimento 2014 voltou para casa com 18 medalhas. Mais de 800 pessoas participaram da competição, que foi realizada de 3 a 6 de setembro na Expominas, em Belo Horizonte. Os participantes precisaram demonstrar habilidades e competências em 58 diferentes ocupações. Em 2012 foram 12 medalhas conquistadas.





# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Serviço	<b>Data:</b> 09/09/2014
<b>Assunto:</b> Udesc e Escola de Pais do Brasil		<b>Página:</b> 36

## DIÁRIO CATARINENSE

### **Encontro | Pais discutem área da educação**

A Escola de Pais do Brasil e a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) realizam entre os dias 12 e 14 de setembro um encontro no Hotel Marambaia, em Balneario Camboriú, com o objetivo de aprofundar o conhecimento na área da educação de seus associados para o trabalho voluntário junto às famílias. A programação e mais informações estão disponíveis no site [www.escoladepaisdebiguacu.org.br](http://www.escoladepaisdebiguacu.org.br) ou pelo telefone (48) 9640-5506.



## DIÁRIO CATARINENSE

# UFSC é única instituição de SC entre as melhores

GABRIEL ROSA

gabriel.rosa@diario.com.br

**A** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) repetiu o feito do ano passado e voltou a ser apontada como a melhor universidade do Estado e a sétima melhor no país, conforme o Ranking Universitário Folha (RUF), divulgado ontem.

A federal é, pelo terceiro ano seguido, a única catarinense a figurar entre as 50 melhores instituições brasileiras. Realizado anualmente desde 2012, o RUF avalia as 192 universidades brasileiras a partir de cinco indicadores: qualidade e volume de pesquisa acadêmica, internacionalização, qualidade de ensino, inovação e avaliação do mercado de trabalho.

### UDESC CONTESTA O RESULTADO

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), segunda maior instituição pública de SC, perdeu 13 posições e agora é considerada a 68ª da lista. Neste ano, pela primeira vez, a instituição foi ultrapassada por uma organização privada: a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), que embora tenha perdido cinco posições, ficou com o 65º lugar.

“A Udesc contesta a metodologia usada. O RUF utiliza critérios mais voltados à pesquisa e à pós-graduação, área em que a instituição ainda não se destaca. O fator internacionalização da universidade, por exemplo, considera apenas o número de professores estrangeiros e citações em trabalhos do exterior, mas ignora o número de estudantes que a Udesc manda para outros países.

**LUCIANO HACK**

Pró-reitor de ensino da Udesc

ministração da Udesc contesta a metodologia usada pelo RUF. Pró-reitor de ensino, Luciano Hack questiona o ranking com os bons resultados da instituição na avaliação do Ministério da Educação (MEC), divulgada no fim de 2013, que citou a Udesc como a quarta melhor estadual e a 18ª na listagem geral do país.

A Universidade da Fronteira Sul (UFFS), instituição pública que tem sede em Chapecó e mais cinco polos no RS e no PR, foi apontada como a 153ª do ranking nacional e a 9ª melhor de SC. A universidade, que foi inaugurada em 2010, subiu 30 posições entre 2012 e 2014.

### A POSIÇÃO DAS CATARINENSES

Veja a classificação das universidades do Estado no ranking universitário da Folha (RUF):

- 7º - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 65º - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
- 68º - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
- 76º - Universidade Regional de Blumenau (FURB)
- 99º - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
- 105º - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
- 126º - Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
- 148º - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
- 153º - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- 158º - Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
- 168º - Universidade do Contestado (UNC)
- 185º - Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)
- 192º - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 08/09/2014
Assunto: Ideb		Página: 12



## CORREIO LAGEANO

### Queda da educação 1

O secretário estadual da Educação, Eduardo Deschamps, faz pertinentes observações acerca de nota, aqui, na última coluna. Explica que o Ideb é calculado pela multiplicação da taxa de aprovação de todas as séries/anos pela nota da Prova Brasil, aplicada aos alunos do 5º ano, da 8ª série do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Se a taxa de aprovação sobe, o Ideb sobe.

Acontece que SC acabou com a absurda aprovação automática em 2013, o que fez cair a taxa de aprovação. Além disso, os alunos do ensino fundamental que vinham sendo aprovados automaticamente, responderam à Prova Brasil

em 2013.

Assim, a nota de SC de desempenho também caiu no ensino fundamental de anos finais. No ensino médio, chegaram ao 1º ano em 2013 muitos alunos aprovados automaticamente e com muitas deficiências de aprendizagem, o que diminuiu a taxa de aprovação e consequentemente o Ideb. Se SC tivesse mantido as mesmas taxas de aprovação dos anos anteriores teria ocupado a primeira posição em todas as etapas, porém com um aprendizado pior. Melhor assim, secretário. Estaríamos com uma imagem melhor, porém condenando toda uma geração de estudantes a fracassar mais adiante.

● **QUEDA DA EDUCAÇÃO 2** | Deschamps sabia que esta queda ia ocorrer, mas que medidas foram tomadas em 2013, com um grande programa de reforço escolar para alunos com dificuldade de aprendizagem que, junto a outras, vai proporcionar um salto de qualidade no próximo Ideb.

● **QUEDA DA EDUCAÇÃO 3** | Para ele, a grande notícia é a evolução do ensino fundamental até o 5º ano, que vem mantendo uma curva ascendente no aprendizado. Esta geração será avaliada na Prova Brasil do ensino fundamental de anos finais do próximo Ideb e se mantiver o desempenho, ajudará no índice.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 09/09/2014
<b>Assunto:</b> Publicações acadêmicas		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL GRATUITO DO BRASIL. S.P. Nº. 0000-0000-0000

# FOLHA DE S.PAULO

### **Maioria das instituições tem baixa produção de artigos científicos**

Das 192 universidades avaliadas pelo RUF, 176 (91%) têm menos do que uma publicação acadêmica por docente num período de dois anos, e 77 (40%) não têm em seu quadro docente pesquisadores considerados especialmente produtivos pelo CNPq (agência federal de fomento à pesquisa).

O número de professores que recebem a chamada bolsa de produtividade do CNPq passou a integrar o indicador de qualidade de pesquisa do RUF neste ano. As bolsas, cerca de 16 mil no país, pagam de R\$ 1.100 a R\$ 1.500 a professores de todas as áreas.

O número de artigos publicados é um dos critérios para escolher os contemplados - citações, orientações, relevância e apresentação de projetos também contam.

A universidade com mais publicações por docente no RUF é a Unicamp, com uma média de 3,35 artigos por professor entre 2010 e 2011. A instituição é ainda a que tem mais bolsistas do CNPq.

Na outra ponta, 176 universidades têm menos de uma publicação por docente -ou seja, nessas escolas há docentes que publicam menos de um artigo a cada dois anos.

Glaucius Oliva, presidente do CNPq, pondera haver muitas universidade recentes no país. "Quantas foram criadas nos últimos 15 anos? Até tudo ser estabelecido demora."

Segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o número de instituições de ensino superior subiu de 1.637 em 2002 para 2.252 em 2008. O número de docentes com doutorado saltou de 49.287, em 2002, para 77.164, em 2008.

Para Oliva, a cobrança das agências de fomento precisa ir além da contagem de artigos. "A gente olha para o impacto das publicações."

Paulo Artaxo, pesquisador da USP, diz que é preciso buscar mais parceiros internacionais para aumentar a relevância da pesquisa brasileira. Ele é um de apenas cinco



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

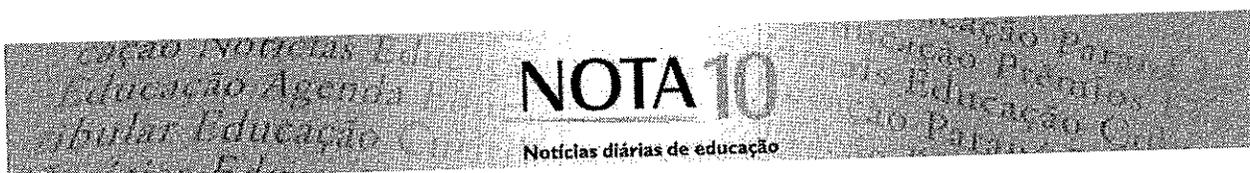
pesquisadores atuantes no Brasil que figuram entre os 3.200 mais influentes no mundo, segundo pesquisa recente do Instituto Thomson Reuters.

Já o Andes (sindicato de professores do ensino superior), questiona as avaliações. "A produção científica tem caráter artesanal e não tem o mesmo ritmo para todas as áreas", afirma Paulo Rizzo, presidente do sindicato.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 09/09/2014
<b>Assunto:</b> Inep		<b>Página:</b> Online



# Inep publica procedimentos para uso dos resultados do Enem

Os procedimentos e prazos para a utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por instituições em processos seletivos no ensino superior e para certificação de conclusão de ensino médio foram fixados por meio de portaria publicada na edição de ontem (8) do Diário Oficial da União pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A portaria inclui três possibilidades de utilização dos resultados do Enem pelas instituições nacionais e estrangeiras de ensino superior para a distribuição de vagas. Uma delas é o mecanismo único em que o Enem é a única forma de seleção adotada pela instituição; outra, o mecanismo alternativo, em que o Enem coexiste com outro processo seletivo; e a terceira, o mecanismo complementar, caso em que o Enem é admitido como uma das fases ou um dos componentes do processo seletivo.

A portaria lista os procedimentos e documentos necessários para que as instituições nacionais e estrangeiras solicitem o acesso aos dados e resultados dos participantes no Enem. Traz ainda o modelo do termo de sigilo e responsabilidade a ser utilizado para acesso à base de dados do exame.

A nota do Enem pode ser usada para a participação em programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que seleciona estudantes para vagas no ensino superior público; o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas em instituições privadas; e o Sistema de Seleção Unificada do Ensino Técnico e Profissional (Sisutec), que seleciona estudantes para vagas gratuitas em cursos técnicos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 09/09/2014
<b>Assunto:</b> Ideb		<b>Página:</b> Online



# Apenas 4 estados atingem metas do Ideb para o ensino médio

Apenas quatro estados atingiram as metas individuais de qualidade do ensino médio, estipuladas para 2013, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado no último dia 5, enquanto 13 estados tiveram queda de desempenho em relação à pesquisa de 2011 e os demais melhoraram, mas não o suficiente para alcançar as metas individuais.

O Amazonas, tinha a projeção de desempenho mais baixa, de apenas 3 pontos, e alcançou 3,2; Pernambuco ficou com 3,8 e superou a meta de 3,6; Rio de Janeiro e Goiás ficaram com nota 4, enquanto suas metas eram 3,8.

A exemplo das outras 23 unidades da federação, a nota nacional de 2013 não atingiu a meta estipulada pelo Ministério da Educação (MEC) para o ensino médio, que era 3,9 pontos. A média ficou nos mesmos 3,7 de 2011. Para avaliar o desempenho dos estados, o MEC fixa uma meta para cada estado, além de uma nacional, a serem perseguidas.

Segundo o ministro da Educação, Henrique Paim, o governo previu uma influência maior da melhoria dos primeiros anos do ensino fundamental no desempenho dos anos seguintes, até o término do ensino médio, o que não aconteceu.

Além disso, o ministro reconheceu que há necessidade de reavaliar o currículo do ensino fundamental, o que, segundo ele, já está sendo discutido. "Temos o desafio de encontrar uma forma de ter maior flexibilidade no currículo, de redesenhar o currículo a partir de arestas e permitir que ele seja mais atrativo", disse Paim, acrescentando que também é preciso avançar na formação para o trabalho.

Nos anos finais do ensino fundamental, que vão do 6º ao 9º ano, Pernambuco, Amazonas, Piauí, Acre, Ceará, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais atingiram a meta para 2013. O Brasil como um todo não atingiu a meta de 4,4, ficando nos 4,2 em 2013, levemente acima do 4,1 de 2011.

A meta nacional só foi atingida nos primeiros anos do ensino fundamental, que vão do 1º ao 5º anos. Enquanto a meta era 4,9, a nota alcançada foi 5,2.

O Ideb é um indicador federal calculado a cada dois anos, que alia as taxas de aprovação no ensino básico ao desempenho dos alunos na Prova Brasil, que avalia conhecimentos em português e matemática.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 09/09/2014
<b>Assunto:</b> PNE	<b>Página:</b> Online	



### DESVENDANDO O PNE: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DEMANDA ESFORÇOS INTERSETORIAIS

**Meta 7 do plano foca na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos alunos**

Fonte: Centro de Referências em Educação Integral

A meta 7 se apresenta como a mais complexa do Plano Nacional de Educação, vistas as 36 estratégias assumidas como necessárias para sua garantia. Tamanho desafio, na opinião de Maria do Pilar Lacerda, diretora da Fundação SM, se ancora em uma questão fundamental: “não se fala em qualidade sem garantia de equidade”. A condicionante, para os especialistas consultados pelo Centro de Referências em Educação Integral, é fundamental para se pensar o atendimento educacional como fruto de um processo que considera diversos contextos socioeconômicos e culturais, e que reafirma a aprendizagem como um direito constitucional.

A busca pela qualidade da educação traz amplitude ao debate uma vez que convida ao repensar das práticas escolares e também daquelas que as subsidiam, tendo em vista desenvolvimento integral dos alunos. Esse percurso, segundo os entrevistados, não pode ser avaliado unicamente a partir das projeções das metas do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), como indica a redação do PNE. Alejandra Velasco, gerente da área técnica do Todos pela Educação, entende a importância do indicador como propositor de reflexões na educação e indutor de políticas públicas, mas reconhece que ele não abarca questões fundamentalmente importantes. “Precisamos contar com diagnósticos mais completos, que nos digam sobre o contexto das crianças atendidas, sobre as habilidades socioemocionais desenvolvidas, as condições dessas escolas e preparo da equipe pedagógica”, avalia.

A opinião é sustentada por Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, que pactua da necessidade de se contextualizar os resultados para aferir sobre uma educação de qualidade. “Quando olhamos para as taxas de aprovação e as médias de desempenho em português e matemática, constituintes do Ideb, não consideramos o percurso para que esse número tenha sido alcançado”, reforça.

Na mesma linha, Maria Rebeca Otero Gomes, coordenadora do setor de educação no Brasil do Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco)



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

defende a implementação de estudos periódicos capazes de avaliar os docentes, a qualidade da formação a eles ofertada, e fiscalizar o quadro educacional, principalmente, em relação ao plano de carreira, piso salarial e carga horária. “Necessitamos de bons indicadores mas, acima de tudo, precisamos garantir os direitos inerentes a essa educação, e aqui eu falo da promoção de autonomia aos estudantes, do respeito com a carreira dos professores, do acesso a insumos e tecnologias e da infraestrutura das escolas”, relata a especialista que julga fundamental subsidiar essas condições.

### Enfrentamentos necessários

Para Pilar Lacerda, o maior gargalo está concentrado nas camadas sociais menos favorecidas, ainda não contempladas totalmente nos avanços do país frente a acesso, permanência e qualidade educacional, motivo pelo qual ela também considera importante a leitura de dados de reprovação, abandono e evasão escolar. Ernesto Faria entende que o próprio sistema, muitas vezes, se encarrega de solidificar essas desigualdades, ao ofertar, por exemplo, escolas mais fracas para alunos de níveis socioeconômicos mais baixos. Os especialistas entendem que considerar esses dados pode apoiar a construção de políticas de repasse de recursos e apoio técnicos pautadas no contexto dos diversos territórios brasileiros.

### Excelência com equidade

A Fundação Lemann e o Itaú BBA realizaram pesquisa com 82 escolas públicas brasileiras que, em 2009, estavam entre as 25% que atendem alunos com menor nível socioeconômico no país e, ao mesmo tempo, atingiam um Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) igual ou superior a 6 (meta do governo brasileiro para todas as escolas em 2022). A pesquisa mostrou que o sucesso das escolas está diretamente ligado ao cuidado com a implementação das práticas que a escola decide adotar; e destaca a maneira que essas unidades comunicam as mudanças para as equipes escolares e demais pessoas envolvidas no processo, bem como a capacidade de enfrentar possíveis resistências. E todas têm o aprendizado dos alunos no centro de suas ações, com acompanhamento contínuo, garantindo avaliações e análises constantes com base nas expectativas de aprendizagem pactuadas com os envolvidos.

Outra possibilidade, na opinião de Maria Rebeca Otero, seria a de implementar sistemas de avaliação locais, em que escolas e secretarias estaduais e municipais se autoavaliem, processo quase inexistente no país. “As avaliações acabam ficando centralizadas no Ministério da Educação e os estados e municípios, quando as fazem, acabam por reproduzir os métodos padronizados comuns às normativas federais de educação, que não dialogam com os contextos locais e acabam sendo pouco indutoras de revisão dos procedimentos escolares”, avalia. Maria Rebeca entende que as avaliações devem valorizar a superação das escolas tomando como base a melhoria de seus próprios processos, o que indicaria a capacidade de atendimento das necessidades de cada aluno e demandas da comunidade em questão.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Essa configuração se faz necessária para que a diversidade brasileira seja contemplada nos processos educativos. Atuação que, para Pilar, depende de uma política não liberal, que fortaleça a atuação do Estado. “Precisamos de políticas que garantam a diminuição das desigualdades, e que respeitem diferenças, o que pressupõe um Estado forte, capaz de analisar problemas e propor políticas específicas para enfrentar cada problemática”, reforça.

Outra diretiva mencionada por Ernesto Faria na busca pela equidade educacional, é o detalhamento do desenvolvimento esperado dos alunos em suas fases escolares, contemplada por uma das estratégias da meta, que cita a definição de diretrizes pedagógicas e a base nacional comum curricular, a partir de pactuação interfederativa. Para o especialista, a medida pode dar um norte aos sistemas educacionais e ampliar a possibilidade de que os alunos tenham seus projetos de vida contemplados como parte da aprendizagem. Pilar reforça que a presença de tais diretrizes não fomentará a qualidade por si só, sem que haja professores devidamente capacitados para trabalhar essas orientações na perspectiva da inovação pedagógica.

### Compromisso com a aprendizagem

Recai também para as escolas diversos desafios na busca-ativa por uma educação mais equânime. Para Tereza Perez, diretora e presidente da Comunidade Educativa Cedac, tudo deve partir do reconhecimento da criança que se tem em cada unidade escolar, e do compromisso firmado com o desenvolvimento dela. “Precisamos buscar diariamente práticas que façam da educação um instrumento de inclusão, emancipação, cidadania e desenvolvimento”. Isso aponta para um processo que considera o estudante no centro da aprendizagem, um plano pedagógico que permita o diálogo entre os atores da escola, e a ampliação das ofertas educativas, além do convite à participação da comunidade.

Dá-se a mesma importância aos planejamentos escolares, ponto sobre o qual Maria Rebeca Gomes reconhece a necessidade de melhorias. “Os planejamentos pedagógicos muitas vezes são engavetados, colocados em prática pela metade, ou fora do tempo esperado, como pudemos acompanhar com o próprio PNE”, critica. A especialista aponta que sem essas definições, as escolas não conseguem alocar os recursos necessários e verificar os problemas que devem ser enfrentados. Isso também acaba por envolver a equipe pedagógica na resolução de problemas de ordem administrativa.

Para Pilar Lacerda, é preciso fortalecer o diretor como uma figura de liderança e mobilização, os professores em constante atenção às suas práticas e reformulação das mesmas a partir do projeto pedagógico da instituição, e a comunidade para uma participação ativa e qualificada no apoio e monitoramento das ações educativas. Tereza Perez reafirma o posicionamento, lembrando que os processos formativos devem olhar para esse conjunto, garantindo o diálogo com a prática e com os variados elementos que compõem o desenvolvimento integral do estudante.